



2º Simulado Especial

TRF 4

Analista Judiciário - Área Judiciária
Pós-Edital

Simulado

2º Simulado Especial TRF-4 (Analista Judiciário - Área Judiciária)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Judiciária do TRF-4**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/NvVhpe32445oy1sz9>

01 - (A B C D E)	11 - (A B C D E)	21 - (A B C D E)	31 - (A B C D E)	41 - (A B C D E)
02 - (A B C D E)	12 - (A B C D E)	22 - (A B C D E)	32 - (A B C D E)	42 - (A B C D E)
03 - (A B C D E)	13 - (A B C D E)	23 - (A B C D E)	33 - (A B C D E)	43 - (A B C D E)
04 - (A B C D E)	14 - (A B C D E)	24 - (A B C D E)	34 - (A B C D E)	44 - (A B C D E)
05 - (A B C D E)	15 - (A B C D E)	25 - (A B C D E)	35 - (A B C D E)	45 - (A B C D E)
06 - (A B C D E)	16 - (A B C D E)	26 - (A B C D E)	36 - (A B C D E)	46 - (A B C D E)
07 - (A B C D E)	17 - (A B C D E)	27 - (A B C D E)	37 - (A B C D E)	47 - (A B C D E)
08 - (A B C D E)	18 - (A B C D E)	28 - (A B C D E)	38 - (A B C D E)	48 - (A B C D E)
09 - (A B C D E)	19 - (A B C D E)	29 - (A B C D E)	39 - (A B C D E)	49 - (A B C D E)
10 - (A B C D E)	20 - (A B C D E)	30 - (A B C D E)	40 - (A B C D E)	50 - (A B C D E)

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/xAid>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabrizio Dutra***A última crônica [Fernando Sabino]**

A caminho de casa, entro num botequim da Gávea para tomar um café junto ao balcão. Na realidade estou adiando o momento de escrever.

A perspectiva me assusta. Gostaria de estar inspirado, de coroar com êxito mais um ano nesta busca do pitoresco ou do irrisório no cotidiano de cada um. Eu pretendia apenas recolher da vida diária algo de seu disperso conteúdo humano, fruto da convivência, que a faz mais digna de ser vivida. Visava ao circunstancial, ao episódico. Nesta perseguição do acidental, quer num flagrante de esquina, quer nas palavras de uma criança ou num acidente doméstico, torno-me simples espectador e perco a noção do essencial. Sem mais nada para contar, curvo a cabeça e tomo meu café, enquanto o verso do poeta se repete na lembrança: “assim eu queria o meu último poema”. Não sou poeta e estou sem assunto. Lanço então um último olhar fora de mim, onde vivem os assuntos que merecem uma crônica.

Ao fundo do botequim, um casal de pretos acaba de sentar-se, numa das últimas mesas de mármore ao longo da parede de espelhos. A compostura da humildade, na contenção de gestos e palavras, deixa-se acrescentar pela presença de uma negrinha de seus três anos, laço na cabeça, toda arrumadinha no vestido pobre, que se instalou também à mesa: mal ousa balançar as perninhas curtas ou correr os olhos grandes de curiosidade ao redor. Três seres esquivos que compõem em torno à mesa a instituição tradicional da família, célula da sociedade. Vejo, porém, que se preparam para algo mais que matar a fome.

Passo a observá-los. O pai, depois de contar o dinheiro que discretamente retirou do bolso, aborda o garçom, inclinando-se para trás na cadeira, e aponta no balcão um pedaço de bolo sob a redoma. A mãe limita-se a ficar olhando imóvel, vagamente ansiosa, como se aguardasse a aprovação do garçom. Este ouve, concentrado, o pedido do homem e depois se afasta para atendê-lo. A mulher suspira, olhando para os lados, a reassegurar-se da

naturalidade de sua presença ali. A meu lado o garçom encaminha a ordem do freguês. O homem atrás do balcão apanha a porção do bolo com a mão, larga-o no pratinho — um bolo simples, amarelo-escuro, apenas uma pequena fatia triangular.

1. Sobre o texto acima, é **incorreto** afirmar que:

- a) O texto inicia com uma confissão metalinguística: o autor está fugindo da escrita.
- b) A escolha do cenário — um botequim da Gávea — já é indicativa do projeto da crônica: resgatar o pitoresco, o episódico, o acidental.
- c) Os gestos contidos, a ansiedade disfarçada da mãe e a contagem do dinheiro revelam não apenas pobreza material, mas um certo constrangimento diante de um ambiente que não lhes é plenamente confortável.
- d) A cena descrita revela uma tendência ao alcance de uma harmonia social, característica de uma sociedade em transformação.
- e) O autor não intervém na cena, mas a reconfigura esteticamente ao narrá-la.

2. *Visava ao circunstancial, ao episódico.*

Observe o emprego correto da regência do verbo ‘visar’ no contexto acima. Assinale a única alternativa que se mostra incorreta quanto à relação dos verbos e os seus complementos.

- a) Nós atendemos o pedido dos moradores do bairro.
- b) A Argentina não esqueceu do passado.
- c) João visou o colega e acertou-lhe a bola de papel.
- d) A sua decisão precedeu a acontecimentos terríveis.
- e) Janice agradou os sobrinhos e partiu.

3. Considere as frases a seguir.

- I. A ocorrência de chuvas frequentes, tufões e tempestades têm provocado desastres ambientais de grandes proporções.
- II. Mais de um candidato conseguiu se apresentar nesta manhã.
- III. Nos últimos anos, criou-se inúmeros programas computacionais capazes de reproduzir o comportamento humano na realização de tarefas, como assistentes de voz, mecanismos de pesquisa e carros autônomos.
- IV. A destruição de casas e lojas comerciais nas cidades atingidas por alagamentos é causada pela força das águas e pelo desmoronamento de morros.
- V. Em toda sociedade que almeja a verdadeira justiça, deve existir equilíbrios sutis entre a liberdade individual e o bem coletivo.

Há erro de concordância verbal em

- a) I, III e V.
- b) I e II.
- c) II, III e IV.
- d) III e IV.
- e) IV e V.

4. Assinale a única opção que admite transposição para a voz passiva.

- a) A menina hesitou antes de se sentar à mesa.
- b) A mãe permanecia ansiosa durante o atendimento do garçom.
- c) Não há quem desconfio dessa quantidade de dinheiro.
- d) Eles decidiram romper com o contrato.
- e) A perspectiva sempre me assusta.

5. *Eu pretendia apenas recolher da vida diária algo de seu disperso conteúdo humano, fruto da convivência, que a faz mais digna de ser vivida.*

A redação da frase acima permanecerá **correta** e **coerente** com o sentido original se ela for reescrita da seguinte forma:

- a) Minha intenção era apenas recolher da vida cotidiana algo de seu conteúdo humano disperso, fruto da convivência, que a torna mais digna de ser vivida.
- b) Eu pretendia recolher, da vida diária algo de seu conteúdo disperso humano, fruto da convivência, que a torna mais digna de viver.
- c) Pretendia eu apenas recolher algo da vida diária de seu conteúdo humano disperso, fruto da convivência, que faz-na mais digna de ser vivida.
- d) Minha intenção era recolher da vida algo de seu conteúdo humano, disperso fruto da convivência que a faz mais digna de ser vivida.
- e) Pretendia apenas extrair sobre a vida diária algo de seu disperso conteúdo humano, proveniente da convivência, o qual a faz mais digna de ser vivida.

6. O pai, depois de contar o dinheiro que discretamente retirou do bolso, aborda o garçom, inclinando-se para trás na cadeira, e aponta no balcão um pedaço de bolo sob a redoma.

O termo abaixo, destacado, que exerce a mesma função sintática que o elemento destacado acima está em:

- a) Este ouve, concentrado, o pedido do homem e depois se afasta para atendê-lo.
- b) A mãe limita-se a ficar olhando imóvel.
- c) Três seres esquivos que compõem em torno à mesa a instituição tradicional da família.
- d) O homem atrás do balcão apanha a porção do bolo com a mão.
- e) A mulher suspira, olhando para os lados, a reassegurar-se da naturalidade de sua presença ali.

7. Assinale a única alternativa que respeita as regras de pontuação.

- a) A sociedade carioca dos séculos XVIII e XIX estruturava-se a partir de rígidas hierarquias sociais, profundamente marcadas, pelo sistema escravocrata e pela concentração de poder econômico nas mãos da elite agrária e comercial.
- b) A presença maciça de africanos escravizados não apenas sustentava a economia urbana e rural, mas também imprimia uma profunda marca cultural na formação dos hábitos, da religiosidade, e da linguagem carioca.
- c) A Igreja Católica exercia um papel central na normatização dos costumes, consolidando práticas devocionais e festas populares que, misturavam elementos europeus e africanos.
- d) O espaço urbano, do Rio de Janeiro refletia nitidamente as divisões sociais: enquanto a elite ocupava casarões e sobrados centrais, a população pobre amontoava-se em cortiços insalubres e periferias desordenadas.
- e) As relações sociais eram fortemente pautadas pelo clientelismo, pelo prestígio familiar e pelas redes de compadrio, que definiam tanto os caminhos políticos quanto as possibilidades de ascensão social.

8. Entre as opções abaixo, assinale a que apresente a temática social mais crítica que perpassa a narrativa.

- a) "Sem mais nada para contar, curvo a cabeça e tomo meu café."
- b) "Nesta perseguição do acidental, quer num flagrante de esquina, quer nas palavras de uma criança ou num acidente doméstico..."
- c) "A mãe limita-se a ficar olhando imóvel, vagamente ansiosa, como se aguardasse a aprovação do garçom."
- d) "Enquanto o verso do poeta se repete na lembrança: 'assim eu queria o meu último poema'."

e) "Aponta no balcão um pedaço de bolo sob a redoma."

9. Vejo, porém, que se preparam para algo mais que matar a fome.

O conectivo destacado acima, presente no final do terceiro parágrafo, pode ser substituído por:

- a) mas
- b) apesar de
- c) embora
- d) contudo
- e) portanto

10. Assinale a única alternativa que apresenta linguagem figurada.

- a) O cronista transforma o banal em matéria sensível, revelando a dignidade oculta nas pequenas cenas da vida urbana.
- b) A família humilde, deslocada naquele ambiente de consumo, expõe a delicada fronteira social ainda presente na cidade.
- c) A contenção de gestos denuncia o temor de ultrapassar limites invisíveis impostos pela desigualdade estrutural.
- d) O episódio ilustra o contraste entre a rotina confortável de alguns e o esforço calculado de outros por um pequeno prazer.
- e) Na redoma de vidro, mais do que o pedaço de bolo, repousava o peso de um desejo cuidadosamente medido.

**NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA***Ricardo Torques*

11. De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), o cordão de fita com desenhos de girassóis é utilizado como símbolo nacional de identificação de

- a) pessoas com deficiências ocultas.
- b) pessoas com deficiências físicas.
- c) pessoas com deficiências auditivas.
- d) pessoas com deficiências visuais.
- e) acompanhantes de pessoas com deficiência.

12. Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa com deficiência ou o seu responsável goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria. O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) dispõe ainda a necessidade de reserva de unidades habitacionais para pessoa com deficiência. Essa reserva será de, no mínimo,

- a) 5%.
- b) 1%.
- c) 2%.
- d) 3%.
- e) 10%.

13. A Lei 10.098/2000 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. De acordo com o que a referida lei dispõe sobre o desenho e a localização do mobiliário urbano:

- a) Os elementos do mobiliário urbano poderão ser projetados e instalados em locais que permitam sejam eles utilizados pelas pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
- b) Os sinais de tráfego, semáforos, postes de iluminação ou quaisquer outros elementos verticais de sinalização que devam ser instalados em itinerário ou espaço de acesso para pedestres deverão ser dispostos de forma a não dificultar ou impedir a circulação, e de modo que possam ser utilizados com a máxima comodidade.
- c) Os semáforos para pedestres instalados em vias públicas de grande circulação, ou que deem acesso aos serviços de reabilitação, devem obrigatoriamente estar equipados com mecanismo que emita sinal sonoro malsonante para orientação do pedestre.
- d) A instalação de qualquer mobiliário urbano em área de circulação comum para pedestre que ofereça risco de acidente à pessoa com deficiência deverá ser indicada mediante sinalização visual de alerta no piso, de acordo com as normas técnicas pertinentes.
- e) Os semáforos para pedestres instalados nas vias públicas deverão estar equipados com mecanismo que emita sinal sonoro suave, intermitente e com estridência, ou com mecanismo alternativo, que sirva de guia ou orientação para a travessia de pessoas portadoras de deficiência visual, se a intensidade do fluxo de veículos e a periculosidade da via assim determinarem.

14. A Resolução 401/2021 do CNJ dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão. De acordo com a referida resolução, assinale a alternativa correta:

- a) Em contratos que envolvam atendimento ao público, devem estar previstos no instrumento de contratação postos de trabalho a serem ocupados por pessoas aptas em comunicação em Libras.
- b) Cada órgão do Poder Judiciário deverá dispor de, pelo menos, 10% (dez por cento) de servidores(as) com capacitação básica em Libras.
- c) Os(as) servidores(as) com deficiência deverão solicitar a inclusão dos símbolos internacionais de acessibilidade em suas carteiras de identidade funcional.
- d) A unidade de acessibilidade e inclusão deve ter caráter temporário para assessorar o planejamento, a implementação e o monitoramento de ações previstas na resolução.
- e) A Comissão de Acessibilidade e Inclusão, de caráter permanente e multidisciplinar, será presidida por servidor (a) e composta, necessariamente, por magistrados(as) das áreas de acessibilidade e inclusão, sustentabilidade, gestão estratégica, engenharia ou arquitetura, gestão de pessoas e tecnologia da informação.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E INOVAÇÃO

Emannuelle Gouveia

15. Segundo a Resolução CNJ nº 332/2020, o princípio da transparência aplicado aos sistemas de Inteligência Artificial no Poder Judiciário implica que:

- a) As decisões automatizadas devem ser revisadas exclusivamente por técnicos do CNJ antes de serem disponibilizadas aos usuários finais.
- b) O sistema deve permitir o rastreamento do processo decisório e apresentar os parâmetros utilizados, mesmo que isso não revele a lógica exata do algoritmo.
- c) A documentação do sistema deve ser restrita ao órgão responsável, sendo vedada sua disponibilização aos usuários externos.
- d) Apenas sistemas desenvolvidos internamente pelo Poder Judiciário estão obrigados a seguir o princípio da transparência.
- e) A transparência aplica-se apenas às soluções baseadas em dados públicos, não sendo exigida em sistemas que tratam dados sigilosos.

16. De acordo com a Resolução CNJ nº 395/2021, que trata da governança e gestão da transformação digital no Poder Judiciário, é correto afirmar que:

- a) A estratégia nacional de TIC deve ser definida isoladamente por cada tribunal, com base em seus próprios critérios orçamentários e operacionais.
- b) A governança digital dispensa a necessidade de alinhamento com políticas públicas nacionais, pois seu foco é exclusivo na automação interna.
- c) O desenvolvimento de soluções digitais deve priorizar a experiência do usuário e a simplificação dos serviços prestados à sociedade.
- d) O planejamento estratégico de TIC não precisa se integrar ao Plano Estratégico Institucional, desde que cumpra metas de modernização.
- e) A transformação digital é limitada ao uso de tecnologia da informação, não incluindo mudanças em processos organizacionais.

17. Sobre redes de inovação e metodologias voltadas à transformação institucional, como o design thinking, no contexto do setor público, é correto afirmar que:

- a) A rede de inovação pressupõe estrutura hierárquica rígida para garantir agilidade na aprovação de projetos.
- b) O design thinking parte de premissas técnicas fixas, sendo ideal para solucionar problemas bem definidos e estáveis.
- c) A aplicação de métodos ágeis nas redes de inovação depende de previsão legal expressa no regimento interno da instituição pública.
- d) O foco do design thinking está na otimização dos processos internos, sendo desnecessária a escuta ativa dos usuários finais.
- e) A lógica das redes de inovação favorece a colaboração entre diferentes atores institucionais e sociais, promovendo soluções co-criadas.

SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE

André Rocha

18. A Resolução CNJ nº 433/2021 institui a Política Nacional do Poder Judiciário para o Meio Ambiente. Sobre essa norma, assinale a alternativa que apresenta uma atribuição dos tribunais brasileiros.

- a) A criação de núcleos especializados na temática ambiental nos centros judiciários de solução consensual de conflitos.
- b) O fornecimento periódico, por meio do SireneJud, de relatórios de inteligência climático-ambiental para auxiliar a identificação do tempo de tramitação das ações judiciais ambientais, das unidades judiciárias com maior número dessas ações e das regiões de atenção prioritária para a Política Nacional do Poder Judiciário para o Clima e o Meio Ambiente.
- c) A realização de estudos, monitoramento, pesquisas, programas, projetos e ações para a

construção de diagnósticos das boas práticas; formulação de políticas; e implementação de projetos e iniciativas para a tutela do meio ambiente natural da Amazônia Legal, dos biomas nela incluídos e dos demais biomas brasileiros pela atuação do Poder Judiciário e do Sistema de Justiça.

- d) A criação, nas Tabelas Processuais Unificadas, no assunto sobre direito ambiental, do subassunto litigância climática.
- e) A promoção da atuação integrada e interinstitucional a fim de compartilhar informações de inteligência e de dados estratégicos entre as instituições públicas e privadas que atuam na tutela do meio ambiente e em temas relacionados às mudanças climáticas.

19. A Resolução nº 709, de 1º de junho de 2021, do Conselho da Justiça Federal (CJF), dispõe sobre a Política de Sustentabilidade da Justiça Federal (PSJF). São objetivos dessa Política, exceto:

- a) promover o atendimento dos requisitos legais, acordos e normativos aplicáveis ao desenvolvimento sustentável.
- b) impulsionar o monitoramento, a prevenção e a minimização dos impactos econômicos, ambientais e sociais advindos da prestação jurisdicional e da atividade administrativa.
- c) contribuir para a redução da mitigação dos gases de efeito estufa.
- d) fomentar o aperfeiçoamento contínuo de processos, serviços, produtos e ações baseado na adoção de tecnologias que permitam reduzir impacto financeiro, social e ambiental.
- e) buscar a eficiência, a racionalidade e a qualidade do gasto público.

20. A Lei nº 12.187/2009 institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e estabelece seus princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos. Sobre tal norma, analise os itens a seguir:

I - As ações de âmbito nacional para o enfrentamento das alterações climáticas, atuais, presentes e futuras, devem considerar e integrar as ações promovidas no âmbito estadual e municipal por entidades públicas e privadas.

II - Os princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos das políticas públicas e programas governamentais deverão se compatibilizar com os princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima.

III - Os objetivos da Política Nacional sobre Mudança do Clima devem estar em consonância com o desenvolvimento sustentável a fim de buscar o crescimento econômico, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais.

Estão corretos os seguintes itens:

- a) I, somente.
- b) I e II, somente.
- c) I e III, somente.
- d) II e III, somente.
- e) I, II e III.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

21. Com base nas classificações dos bens, assinale a alternativa correta:

- a) Bens imóveis por natureza incluem os direitos reais sobre imóveis, como a hipoteca e a servidão.
- b) Bens móveis por antecipação são os que, embora naturalmente móveis, destinam-se à incorporação ao solo.
- c) Bens incorpóreos não admitem materialização sob nenhuma hipótese, sendo desprovidos de valor econômico.

d) Bens consumíveis são aqueles cujo uso implica a destruição imediata da substância, sendo essa classificação aplicável exclusivamente aos bens móveis.

e) Bens divisíveis são apenas aqueles que podem ser fisicamente fracionados em partes absolutamente iguais.

22. Analise as proposições abaixo sobre os elementos e características do negócio jurídico.

I. A manifestação da vontade pode ser expressa ou tácita, mas nunca presumida, mesmo que legalmente autorizada.

II. O silêncio pode ter valor de declaração de vontade, quando as circunstâncias ou a lei assim o impuserem.

III. O objeto do negócio jurídico deve ser possível, lícito, determinado ou determinável.

IV. Os motivos do negócio jurídico não influenciam sua validade, salvo quando expressamente declarados como causa negocial.

Com base nas proposições acima, assinale a alternativa correta

- a) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

23. Analise as seguintes afirmativas:

- I. A caducidade é uma forma de extinção de direitos que decorre do não exercício de uma faculdade dentro do prazo legal ou contratual.
- II. O prazo de caducidade pode ser interrompido ou suspenso, como ocorre com os prazos prescricionais.
- III. A caducidade pode ser alegada de ofício pelo juiz, independentemente de provocação da parte interessada.
- IV. A renúncia à caducidade é válida, desde que expressa e anterior ao decurso do prazo.

Assinale a alternativa correta

- a) Apenas os itens I, II e IV estão corretos.
- b) Apenas os itens I e III estão corretos.
- c) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- d) Todos os itens estão corretos.
- e) Apenas os itens I e IV estão corretos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

Ricardo Torques

24. A Universidade Federal X ajuizou ação de reintegração de posse em desfavor de Carlos. Ao receber a inicial, o juízo percebeu que Carlos é casado. De acordo com o Código de Processo Civil, nas ações possessórias, a participação do(a) cônjuge,

- a) será sempre indispensável.
- b) será sempre dispensável.
- c) somente é indispensável na hipótese de composses.
- d) somente é indispensável nas hipóteses de composses ou de ato por ambos praticado.
- e) somente é indispensável na hipótese de ato por ambos praticado.

25. Caio, servidor público federal e assistido por advogado particular, ajuizou ação de obrigação de fazer em desfavor da União pleiteando o recebimento de diferenças remuneratórias e a concessão da gratuidade de justiça. De acordo com o Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- a) A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça.
- b) A concessão de gratuidade afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas.
- c) A concessão de gratuidade afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.
- d) Caso haja o indeferimento da gratuidade, somente será possível questionar a decisão em sede de preliminar de apelação.
- e) A alegação de insuficiência deduzida por pessoa natural não se presume verdadeira.

26. De acordo com a Lei 10.259/2001 que dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal,

- a) Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de setenta salários-mínimos, bem como executar as suas sentenças.
- b) No foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial, a sua competência é relativa.
- c) Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos.
- d) Nas causas submetidas à Lei 10.259/2001 haverá reexame necessário.
- e) A entidade pública ré deverá fornecer ao Juizado a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, apresentando-a até a data da sentença.

27. A empresa XX LTDA ajuizou ação monitória em desfavor da União buscando o adimplemento de obrigação de fazer e de entrega de coisa fungível. Devidamente citada, a União alegou a impossibilidade de utilização do procedimento especial em face de ente público, bem como, de forma subsidiária, a inviabilidade de ação de monitória para os fins pretendidos. De acordo com o Código de Processo Civil.

- a) É incabível ação monitória em desfavor de ente público.
- b) Caso haja dúvida quanto à idoneidade da prova documental apresentada pela parte autora, deve o juiz extinguir, de plano, a ação monitória.
- c) Embora seja cabível pleitear a obrigação de fazer em ação monitória, a entrega de coisa fungível só é admitida no procedimento comum.
- d) Embora seja cabível pleitear a entrega de coisa fungível em ação monitória, a obrigação de fazer somente é admitida no procedimento comum.
- e) Na ação monitória admite-se a reconvenção, sendo vedado o oferecimento de reconvenção à reconvenção.

28. Não se submete à remessa necessária, a sentença proferida contra a União,

- a) cuja condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais).
- b) ainda que divirja de súmula de tribunal superior.
- c) ainda que divirja de entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas.
- d) ainda que divirja de entendimento firmado em incidente de assunção de competência.
- e) ainda que divirja de acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

29. Conforme disposto na Constituição Federal, relacione as colunas e, em seguida, assinale a sequência correta nas opções abaixo.

1. Princípios das relações internacionais da República Federativa do Brasil.

2. Fundamentos da República Federativa do Brasil.

- () Pluralismo Político
- () Prevalência dos Direitos Humanos
- () Livre Iniciativa
- () Dignidade Humana
- () Solução Pacífica dos Conflitos
- () Repúdio ao terrorismo e ao racismo.

a) 1 – 1 – 1 – 1 – 2 – 1.

b) 2 – 2 – 2 – 1 – 2 – 1.

c) 2 – 2 – 1 – 1 – 2 – 2.

d) 2 – 1 – 2 – 2 – 1 – 1.

e) 2 – 1 – 1 – 2 – 1 – 1.

30. De acordo com a CF 88, é livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

- a) a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, sendo vedado ao Poder Público a intervenção na organização sindical, quando necessário.
- b) é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.
- c) ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses difusos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais, caso em que o sindicato deverá contratar um advogado da iniciativa privada, para que este faça a defesa de seus membros, devendo a respectiva despesa ser custeada parcialmente pelo(s) trabalhador(es).
- d) o Ministério do Trabalho fixará a contribuição sindical em todos o país, a qual, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema federativo da representação sindical respectiva, vedada a cobrança de qualquer outra contribuição sindical.
- e) é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, exceto se suplente, até cinco anos após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

31. Sobre o habeas corpus e o habeas data, a CF 88 determina que:

- a) compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, o habeas corpus, quando a autoridade coatora for juiz federal.
- b) compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, o habeas data contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, entre outros.
- c) compete aos Tribunais Regionais Federais julgar, em recurso ordinário, os habeas data decididos em

única ou última instância pelos tribunais dos Estados e do Distrito Federal, quando a decisão for denegatória.

- d) conceder-se-á habeas data sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- e) conceder-se-á habeas corpus para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

32. De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa correta sobre o Poder Judiciário.

- a) Compete ao Superior Tribunal de Justiça, em recurso ordinário, homologar sentenças estrangeiras e conceder exequatur às cartas rogatórias.
- b) Na promoção de entrância para entrância, será obrigatória a promoção do juiz que figure por 3 (três) vezes consecutivas ou 5 (cinco) alternadas em lista de merecimento.
- c) As decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria relativa de seus membros.
- d) É vedado aos magistrados exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos 2 (dois) anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
- e) O Poder Executivo não poderá reduzir unilateralmente o orçamento proposto pelo Poder Judiciário, ainda que esse tenha sido elaborado e enviado sem observância aos limites, forma e prazo da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Fabiano Pereira*

33. Durante uma operação de vigilância realizada por agentes de uma autarquia federal, João, transeunte que passava pelo local, foi atingido por uma bala perdida disparada por um dos servidores públicos. O disparo ocorreu durante a perseguição de um suspeito, no exercício da função pública.

Nessa situação, é correto afirmar que:

- a) A autarquia somente poderá ser responsabilizada se for comprovado que o agente agiu com culpa ou dolo.
- b) A responsabilidade será subjetiva, pois se trata de omissão estatal, e não de ação direta do agente público.
- c) A autarquia responderá objetivamente pelos danos, sendo suficiente a comprovação do fato e do nexo causal.
- d) A responsabilidade recairá exclusivamente sobre o servidor que efetuou o disparo, por se tratar de conduta pessoal.
- e) A responsabilidade será integral, não admitindo nenhuma causa excludente, ainda que o disparo tenha sido acidental.

34. Assinale a alternativa **incorreta** de acordo com o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União Lei nº 8.112/1990.

- a) A vacância do cargo público poderá decorrer de readaptação.
- b) Os servidores investidos em cargo ou função de direção ou chefia e os ocupantes de cargo de Natureza Especial terão substitutos indicados no regimento interno ou, no caso de omissão, previamente designados pelo dirigente máximo do órgão ou entidade.
- c) As indenizações não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito. Por outro lado, as gratificações e os adicionais incorporam-se ao vencimento ou provento, nos casos e condições indicados em lei.

d) O pagamento da remuneração das férias será efetuado até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período.

e) A licença por motivo de doença em pessoa da família poderá ser concedida por até 90 (noventa) dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor.

35. Maria, servidora de uma autarquia federal, é acusada de violar normas internas ao conceder benefício indevido a um terceiro. Ao ser notificada da instauração do processo administrativo, Maria solicita prazo para apresentar documentos comprobatórios e exige acesso integral aos autos para formular sua defesa.

Com base nesse cenário, assinale a alternativa correta de acordo com a Lei nº 9.784/99:

- a) Maria não possui direito de acesso aos autos, pois o processo administrativo se rege por regras internas da autarquia, e não pela Lei nº 9.784/99.
- b) O contraditório e a ampla defesa não são aplicáveis a Maria, pois ainda não há sentença condenatória.
- c) A Administração pode negar o pedido de Maria, pois os princípios do processo administrativo são meramente orientativos.
- d) Maria tem direito ao contraditório, à ampla defesa e ao acesso aos autos, conforme prevê expressamente a Constituição e a Lei nº 9.784/99.
- e) O processo deve aguardar a manifestação de Maria para ser impulsionado, em respeito ao princípio da inércia da Administração.

36. O Município de Santana criou, por meio de decreto do Poder Executivo local, uma fundação pública de direito privado destinada à promoção da cultura. A nova entidade recebeu dotação orçamentária, quadro próprio de pessoal regido pela CLT e patrimônio público para sua instalação.

Diante dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta:

- a) A fundação pública de direito privado integra a Administração Direta, pois foi criada por ente federativo.
- b) A fundação pública criada por decreto possui natureza jurídica de direito público, com regime estatutário.
- c) A criação de uma fundação pública exige lei específica, mesmo que seja de direito privado.
- d) A fundação pública, por ser entidade da Administração Direta, não possui personalidade jurídica própria.
- e) A fundação pública não pode receber patrimônio público, pois seu regime é privado e incompatível com bens estatais.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

37. Com relação aos crimes contra o patrimônio no Código Penal Brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) Comete o crime de extorsão indireta aquele que, abusando da condição de vulnerabilidade de outrem, exige ou recebe documento que possa originar ação penal contra a vítima ou terceiros, como forma de garantir o pagamento de dívida.
- b) É considerada causa de aumento de pena na receptação, manter em depósito, com o objetivo de comercializar ou produzir, animal domesticável de produção, mesmo que abatido ou fracionado, sabendo o agente tratar-se de produto oriundo de crime.

c) A receptação não será punida se o autor do crime antecedente for isento de sanção penal.

d) Configura modalidade culposa o ato de se hospedar em estabelecimento hoteleiro sem possuir condições financeiras para arcar com as despesas.

e) A conduta de se apropriar, no todo ou em parte, de coisa alheia perdida, deixando de devolvê-la ao proprietário ou de entregá-la à autoridade competente no prazo de dez dias, caracteriza o crime de apropriação de coisa achada.

38. Lucas, servidor público, mantém sob sua guarda documento utilizado para falsificação de alvará relacionado à arrecadação de receitas públicas. Consta que o agente se vale de sua condição funcional para manter a posse do referido documento. Considerando a situação descrita e as disposições do Código Penal brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) O fato narrado não configura infração penal.
- b) Lucas incorreu no crime de falsificação de documentos públicos.
- c) Lucas praticou o crime de posse de instrumentos destinados à falsificação, em sua forma tentada.
- d) Lucas cometeu o crime de posse de instrumentos utilizados para falsificação, na forma consumada, com causa de aumento de pena em razão do cargo público.
- e) Lucas responde pelo crime de falsificação de selo ou sinal público.

39. Renata é funcionária pública estadual e atua em uma autarquia vinculada ao governo do Tocantins. Em determinada ocasião, ao ser solicitada por um conhecido, deixa de realizar um ato que fazia parte de suas atribuições funcionais. Considerando a situação descrita e o que dispõe o Código Penal brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) Renata praticou o crime de prevaricação.
- b) Renata cometeu o crime de condescendência criminosa.
- c) A conduta de Renata configura apenas uma infração administrativa, sendo penalmente atípica.
- d) Renata incorreu no crime de corrupção passiva privilegiada.
- e) Renata é responsável pelo crime de concussão.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araujo

40. Assinale a alternativa correta no que tange ao inquérito policial, à ação penal e ao acordo de não persecução penal (ANPP):

- a) É concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do ministério público, mediante ação penal pública incondicionada, para a ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções.
- b) Tendo sido arquivado o inquérito policial por falta de base para a denúncia, é possível o desarquivamento dos autos do IP, ainda que não haja notícia de prova nova, já que o arquivamento do inquérito não faz coisa julgada material.
- c) Não é cabível proposta de ANPP para crime cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, ainda que a pena mínima seja inferior a 04 anos de privação da liberdade.
- d) O perdão do ofendido pode ser oferecido nos crimes de ação penal privada, bem como nos crimes de ação penal pública condicionada à representação, mas depende de aceitação do

beneficiado para que produza seus regulares efeitos.

- e) Nos crimes de ação penal pública condicionada, a representação se torna irretratável depois de recebida a denúncia.

41. Timóteo foi denunciado pelo MPF pela suposta prática do crime de estelionato previdenciário (art. 171, §3º do CP). O Oficial de Justiça Federal não encontrou o réu no endereço indicado no mandado, tendo sido informado pelo porteiro do prédio que Timóteo havia se mudado do local há alguns meses, sem informar novo endereço. Após diligências determinadas pelo competente Juízo Federal, não foi possível obter o novo endereço de Timóteo, razão pela qual foi determinada a citação por edital do acusado. Expirado o prazo do edital, o acusado não compareceu, tampouco constituiu advogado.

Nesse caso, o Juiz deverá:

- a) suspender o processo, ficando também suspenso o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes.
- b) suspender o processo e o curso do prazo prescricional, não sendo possível a produção antecipada de provas, pelo princípio do contraditório.
- c) suspender apenas o curso do processo, não havendo que se falar em suspensão do curso do prazo prescricional.
- d) suspender apenas o curso do prazo prescricional, mas prosseguir com o processo.
- e) nomear ao réu um defensor, concedendo-lhe prazo de 10 dias para apresentar resposta à acusação.

42. Alexander e Bartolomeu, passageiros de um voo que partia do aeroporto de Curitiba-PR com destino ao aeroporto de Viracopos (Campinas-SP), iniciaram uma discussão em razão de um espaço no bagageiro superior do avião, quando a aeronave ainda estava em solo. Durante a discussão, Alexander acabou por desferir um soco no rosto de Bartolomeu, causando-lhe lesão corporal grave. Logo em seguida, a polícia foi acionada e retirou da aeronave os envolvidos, conduzindo-os à presença da autoridade policial.

Nesse caso, a competência para julgar o crime praticado será da Justiça:

- a) Federal de Curitiba-PR.
- b) Estadual de Curitiba-PR.
- c) Federal de Campinas-SP.
- d) Estadual de Campinas-SP.
- e) Federal de Curitiba-PR ou Campinas-SP, firmando-se pela prevenção.

43. No curso de determinado processo criminal no qual se imputa a suposta prática do crime de contrabando (art. 334-A do CP) a Maurício, a defesa do réu requereu ao Juízo Federal o reconhecimento da extinção da punibilidade em razão da prescrição da pretensão punitiva, o que foi indeferido pelo Juízo. Inconformada, a defesa de Maurício poderá:

- a) interpor recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 03 dias.
- b) interpor recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 08 dias.
- c) interpor recurso de apelação, no prazo de 05 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 08 dias.
- d) interpor recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 02 dias.
- e) impetrar habeas corpus, dada a ausência de recurso cabível em face de tal decisão.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fábio Dutra

44. Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre imunidades tributárias, assinale a alternativa incorreta:

- a) A imunidade de livros abrange filmes e papéis fotográficos necessários à publicação de periódicos.
- b) Imóveis alugados por instituições de assistência social sem fins lucrativos mantêm imunidade ao IPTU, se os aluguéis forem aplicados em suas atividades.
- c) A imunidade de instituições de assistência social sem fins lucrativos não se aplica a entidades fechadas de previdência social se houver contribuição dos beneficiários.
- d) A imunidade tributária subjetiva aplica-se a seus beneficiários na posição de contribuinte de direito, mas não na de simples contribuinte de fato, sendo irrelevante para a verificação da existência do beneplácito constitucional a repercussão econômica do tributo envolvido.
- e) A imunidade recíproca abrange taxas cobradas por serviços públicos.

45. Considerando as disposições da Lei Complementar 214/2025 sobre a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), assinale a alternativa correta:

- a) A CBS incide sobre operações não onerosas apenas quando expressamente previstas na legislação.
- b) As operações com bens imateriais não são tributadas pela CBS.
- c) A base de cálculo da CBS sempre exclui os tributos incidentes sobre a operação.
- d) As plataformas digitais nunca são responsáveis pelo pagamento da CBS.
- e) A CBS é de competência compartilhada entre os entes federados.

46. Indique a alternativa incorreta sobre decadência:

- a) O direito de constituir o crédito extingue-se em cinco anos contados do primeiro dia do exercício seguinte.
- b) Se houve decisão definitiva que anulou lançamento por vício formal, o prazo reinicia-se da data desta decisão.
- c) A decadência se interrompe pela impugnação administrativa do contribuinte.
- d) Admite-se a antecipação da contagem do prazo decadencial na seguinte situação: iniciado qualquer procedimento preparatório indispensável, o prazo conta-se da notificação ao sujeito passivo.
- e) Em caso de dolo, nos tributos lançados por homologação, o prazo decadencial é de cinco anos contados do primeiro dia do exercício seguinte.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Rubens Maurício

47. Carlos, segurado do INSS, faleceu em 2022. Deixou sua companheira Fernanda e seu irmão de 12 anos, ambos economicamente dependentes de Carlos e residentes no mesmo imóvel. Não havia filhos ou cônjuge. O INSS reconheceu o direito à pensão por morte apenas à companheira, negando ao irmão. Com base na situação hipotética apresentada, podemos afirmar que:

- a) A companheira não têm direito, pois Carlos não era casado com Fernanda.
- b) O INSS deveria ter dividido a pensão entre os dois em partes iguais.
- c) O irmão tem direito à totalidade da pensão por morte.
- d) A companheira só tem direito quando não houver cônjuge ou filhos.
- e) O INSS agiu corretamente, pois os irmãos são dependentes de Classe 3, sem direito à pensão por morte caso exista dependente de classe anterior.

48. Joaquina, autônoma e em dia com suas contribuições ao RGPS, sofre um acidente em casa que a incapacita temporariamente para o trabalho, por 29 dias. Nesse caso, ela:

- a) Não terá direito a benefício, pois não há nexo ocupacional.
- b) Terá direito ao auxílio-acidente.
- c) Terá direito ao auxílio por incapacidade temporária.
- d) Terá direito à aposentadoria por incapacidade permanente.
- e) Terá direito a acumular auxílio-acidente com auxílio por incapacidade temporária

49. Em uma fiscalização previdenciária, a Receita Federal identificou que uma indústria de alimentos não recolhia contribuições sobre a remuneração paga a seus prestadores de serviço contratados na qualidade de pessoa física, sem vínculo empregatício. Nesse caso, a responsabilidade pelo recolhimento é:

- a) do próprio segurado contribuinte individual.
- b) do sindicato da categoria.
- c) do órgão gestor de mão de obra.
- d) do tomador do serviço.
- e) não é devida contribuição.

50. Hugo exerce mandato de vereador no município onde reside e deseja saber se pode ser considerado segurado obrigatório do RGPS por essa atividade de vereador. Diante da situação exposta, podemos afirmar, sobre a questão levantada por Hugo, que

- a) É considerado segurado obrigatório do RGPS, desde que opte por regime próprio de previdência social.
- b) É considerado segurado obrigatório do RGPS, se não estiver vinculado a regime próprio de previdência social.
- c) Não é considerado segurado obrigatório do RGPS e nem do RPPS, pois parlamentares não são segurados obrigatórios.
- d) Não é considerado segurado obrigatório do RGPS e nem do RPPS, pois a função pública isenta de contribuição.
- e) Será segurado do RGPS e do RPPS, simultaneamente, pela exercício da vereança.

Estudo de Caso

João é um cidadão comum que reside em um apartamento em uma grande cidade. Ele possui uma empresa de tecnologia e trabalha frequentemente de casa, onde mantém equipamentos valiosos e dados sensíveis de seus clientes. Um dia, enquanto João estava fora em uma viagem de negócios, a polícia local recebeu uma denúncia anônima afirmando que João estaria utilizando seu apartamento para atividades ilegais relacionadas ao tráfico de drogas.

Com base na denúncia anônima, a polícia decidiu investigar a residência de João. Sem um mandado judicial, os policiais foram até o apartamento de João e, encontrando a porta trancada, decidiram arrombá-la para realizar a busca. Durante a invasão, a polícia não encontrou qualquer substância ilícita ou evidência de atividades ilegais. No entanto, os policiais danificaram diversos equipamentos de João e deixaram o apartamento em completa desordem.

Quando João retornou de sua viagem, ficou extremamente abalado ao encontrar seu apartamento arrombado e em desordem. Ele também descobriu que alguns dados confidenciais de seus clientes haviam sido comprometidos devido aos danos causados pela polícia aos seus equipamentos. Indignado, João decidiu acionar judicialmente o Estado, alegando violação de seu direito à inviolabilidade domiciliar, danos materiais e morais.

Com base na situação hipotética apresentada, redija, de forma fundamentada, um texto dissertativo acerca da inviolabilidade domiciliar, garantida pela Constituição Federal no art. 5º, inciso XI.

Em seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) Conceito de domicílio para a Constituição Federal;
- b) Hipóteses de admissibilidade de violação domiciliar;
- c) Posição jurisprudencial (STF) acerca dos limites para a entrada forçada em domicílio sem mandado judicial;

Obs.: o serviço de correção da redação (aspectos linguísticos) pode ser adquirido no link abaixo:

[Correção de Redação](#)

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
